

REGULAMENTO OFICIAL – 2015 **COPA BRASIL DE SELEÇÕES DE MENORES**

TACA POTENGI DE LUCENA INFANTIL FEMININO – SUB 15

TAÇA SAMI MEHLINSKY INFANTIL MASCULINO – SUB 16

CAPÍTULO I **DENOMINAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E FINALIDADE.**

ARTIGO 1º- A Copa Brasil de Seleções de Menores, intitulada Taça Potengi de Lucena Infantil Feminino – SUB 15 e Taça Sami Melhinsky Infantil Masculino – SUB 16 é uma competição oficial, organizada pela Confederação Brasileira de Voleibol (CBV) e dirigida pelo Diretor de competição (membro da Comissão Executiva dos Campeonatos Brasileiros – CECB), com a participação de seleções Estaduais tendo como finalidade propiciar o intercâmbio e desenvolvimento da categoria, oportunizando o surgimento e observação de futuros talentos para o voleibol além de homenagear dois grandes personagens com relevantes trabalhos no voleibol brasileiro.

Copa Brasil 2015 - 8 seleções em cada naipes: participarão as oito seleções melhores classificadas na 1ª Divisão Sub 17 no naipes feminino e Sub 18 no naipes masculino, no ano de 2015.

Copa Brasil 2016 - 12 seleções em cada naipes: participarão as 12(doze) seleções que participaram do Campeonato Brasileiro da 1ª Divisão Sub 17(F) e Sub 18(M) ambas em 2015.

Copa Brasil 2017 - 12 seleções em cada naipes: participarão as oito seleções melhores classificadas na Divisão Especial , **as três melhores seleções classificadas na 1ª Divisão e a melhor classificada na 2ª Divisão, todas de 2016.**

1.1.- Será disputada de acordo com as Regras Oficiais de Voleibol da Federação Internacional de Voleibol (FIVB), excetuando-se os ajustes, adequações e condições descritas neste regulamento. Cabe aos participantes conhecê-las e cumpri-las.

ARTIGO 2º- É uma competição disputada anualmente nos naipes masculino e feminino, dentro do período previsto no Calendário Nacional.

Parágrafo único: É vedada a participação de pessoas/atletas de **nacionalidade estrangeira atuando como atletas na competição.**

ARTIGO 3º- Em todas as ações concernentes a competição, a seleção estadual somente poderá ser representada por seu presidente ou pessoa por ele designada, devidamente munido de documento assinado pelo Presidente da Federação.

ARTIGO 4º- Os jogos serão realizados no Ginásio do Centro de Desenvolvimento de Voleibol em Squarema.

CAPÍTULO II **TROFÉUS, TÍTULOS E DIREITOS**

ARTIGO 5º- Serão oferecidos 1 (um) troféu e 15 (quinze) medalhas, de posse definitiva, a cada seleção classificada em 1º (primeiro), 2º (segundo) e 3º (terceiro) lugares a todos os atletas e comissões técnicas. Os árbitros e apontadores receberão uma declaração para abono de faltas (Lei Federal 9.615/98, art. 84 - parágrafo 2, de 24 de março de 1998).

ARTIGO 6º - A CBV é a detentora dos direitos e das receitas de comercialização das partidas transmitidas pela televisão.

6.1. Entende-se por comercialização a receita oriunda dos direitos de imagem de transmissão em rede nacional de televisão, propriedades de quadra, merchandising, ações promocionais e licenciamento.

CAPÍTULO III INSCRIÇÕES E PRAZOS

ARTIGO 7º- As Federações Filiadas, em pleno gozo de seus direitos e em dia com as exigências estatutárias, estarão automaticamente inscritas, para todos os Campeonatos previstos neste Regulamento.

7.1. O cancelamento da participação por parte de uma Federação deverá ser oficializado **até 30 (trinta) dias antes do início da Competição**, sendo considerada a data de entrada do pedido na CBV, ficando sujeita as sanções previstas no Anexo IX.

ARTIGO 8º- As Federações participantes deverão inserir, no sistema online da CBV, a relação nominal inicial de inscrição com até 25 (vinte e cinco) atletas e até 5 (cinco) membros da Comissão Técnica, **até 30 (trinta) dias antes do início do Campeonato (data do congresso técnico)**.

ARTIGO 9º. Os atletas e membros da comissão técnica constantes da relação nominal Inicial (até 25 nomes) da equipe, deverão estar registrados e com condição de jogo no Sistema de Registro da CBV **até 15 (quinze) dias antes do início da competição**. **Após esta data não serão aceitas regularizações para participação nas Taças.**

ARTIGO 10. As Federações participantes deverão enviar para o e-mail: competicoesquadra@volei.org.br, a relação para emissão de passagens e hospedagem, dos atletas e membros da comissão técnica que estiverem com condição de jogo para atuarem no campeonato com **até 15 (quinze) dias antes do início do campeonato (data do Congresso Técnico)**, conforme segue:

10.1 - Relação **com até 15 (quinze) pessoas** sendo, obrigatoriamente, **para até 2 (dois) Membros da Comissão Técnica, até 12 (doze) atletas e 1 (um) árbitro**. A passagem e hospedagem somente serão disponibilizadas para os atletas e para os membros da comissão que estiverem com condição de jogo para atuarem no campeonato com **até 15 (quinze) dias antes do início do campeonato (data do Congresso Técnico)**.

CAPÍTULO IV SEDIAMENTO

ARTIGO 12. Os Campeonatos, no ano de 2015, serão realizados no Centro de Desenvolvimento de Voleibol em Saquarema/RJ.

CAPÍTULO V ORGANIZAÇÃO

ARTIGO 13. A Unidade de Competições (UCQ) e a Comissão Executiva dos Campeonatos Brasileiros (CECB) organizarão e administrarão a Copa Brasil de Seleções de Menores, zelando pela segurança, trâmites burocráticos, logística, técnico, recursos humanos e serviço médico da competição.

CAPÍTULO VI DIREÇÃO

ARTIGO 14. A competição será organizada pela CBV, através da Unidade de Competições de Quadra, em conjunto com a CECB que designará um de seus membros para dirigir a competição como Diretor de Competição. Compete a CBV no transcorrer da competição:

- 14.1. Publicar e divulgar a Tabela Oficial de cada campeonato.
- 14.2. Publicar e divulgar o nome do Diretor de Competição, Delegado, Coordenador da Arbitragem e seus Assistentes que atuarão na competição. O Diretor de Competição e o Delegado deverão assumir as suas funções no dia anterior ao início oficial do evento e se dedicar, exclusiva e integralmente à competição.
- 14.3. Aplicar as medidas administrativas cabíveis, obedecidos aos preceitos legais, regulamentares, regimentais e estatutários.
- 14.5. Providenciar hospedagem, alimentação e transporte externo e interno para o Diretor de Competição, Delegado, Coordenador da COBRAV e delegações (máximo de 15 componentes) do seu Estado de origem à sede da competição.
- 14.6. Aprovar ou não os resultados das partidas, após tomar conhecimento e examinar as súmulas e relatórios originais dos jogos.
- 14.7. Assegurar a execução e o cumprimento das penalidades disciplinares aplicadas pelo STJD, as sanções automáticas previstas e as medidas administrativas.
- 14.8. Empenhar-se e se comprometer no sentido da estrita observância do perfeito funcionamento da competição, cumprindo e fazendo cumprir este regulamento.
- 14.9. Fornecer bolas oficiais MIKASA MVA 200 para jogos, súmulas, ordem de saque, formulários de controle de líbero.
- 14.10. Reunir e encaminhar, para julgamento no Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD), todos os indícios comprobatórios, súmulas, relatórios dos árbitros, do Diretor de Competição, do delegado e qualquer outra prova das infrações cometidas pelos participantes.

ARTIGO 15. O Diretor de Competição é quem representa em caráter oficial a CBV, com poderes para tomar todas as decisões necessárias e imprescindíveis à realização da competição.

CAPÍTULO VII COMISSÃO EXECUTIVA DOS CAMPEONATOS BRASILEIROS

ARTIGO 16. Compete a CECB as seguintes atribuições:

- 16.1 Elaborar o Calendário da Competição, definindo grupos, sedes e datas.
- 16.2 Elaborar o Regulamento Oficial da Competição.
- 16.3 Elaborar as tabelas.
- 16.4 Coordenar todas as providências de ordem técnica necessárias à sua realização.
- 16.5 Designar o Diretor de Competição que atuará na competição.
- 16.6 Garantir a execução e o cumprimento das penalidades disciplinares aplicadas pelo STJD, as sanções automáticas previstas e as medidas administrativas.
- 16.7 Comprometer-se no sentido da estrita observância do perfeito funcionamento da competição, cumprindo e fazendo cumprir este regulamento.

CAPÍTULO VIII

REGISTRO, INSCRIÇÃO E CONDIÇÃO DE JOGO

ARTIGO 17. São considerados atletas em condição de jogo para participar do Campeonato Masculino e Feminino:

17.1. FEMININO

SUB 15: Nascidos a partir de 2001.

17.2. MASCULINO

SUB 16: Nascidos a partir de 2000.

Parágrafo único: O atleta só poderá participar pela Federação Estadual que o registrou na CBV, independente de qualquer trâmite burocrático.

ARTIGO 18. A atuação dos atletas e profissionais na competição está condicionada a apresentação dos documentos na reunião preliminar e antes de sua primeira partida, conforme descritos abaixo:

- carteira de Registro na CBV ou,
- cédula de Identidade expedida por Departamento Especializado do Governo, Estadual ou Federal, podendo ser cópia autenticada.

Parágrafo único: A responsabilidade de comprovação de registro no respectivo Conselho na competição será do profissional.

ARTIGO 19. Não terão condição de jogo os atletas e membros da comissão técnica que se encontram cumprindo punição.

ARTIGO 20. A entidade de administração regional do desporto que incluir no jogo atleta inscrito irregularmente, será penalizada com a perda dos pontos e considerada perdedora por 0 x 3 (parciais de 0x25; 0x25; 0x25), porém manterá o ponto de derrota para a classificação geral, além das sanções previstas na legislação.

CAPÍTULO IX

SISTEMA DE DISPUTA

ARTIGO 21. A Copa Brasil de Seleções de Menores, Taça Sami Mehlinky - Masculino SUB 16 e Taça Potengi de Lucena - Feminino SUB 15, será disputada na seguinte forma:

21.1. SISTEMA DE DISPUTA

21.1.1. Composta de 08 (oito) seleções em cada naipe no sistema de rodízio simples – 3 (três) sets obrigatório na fase classificatória - todos contra todos.

21.1.2. Fase Classificatória: Será disputada no sistema todos contra todos com dobra, em duas Quadras simultâneas, sendo realizadas duas rodadas por dia, uma no horário matutino (9:00h e 11:00h) e outra no horário vespertino (16:00h e 18:00h).

21.1.3. Disputa de 5° a 8° Lugares

Será disputada pelas seleções classificadas do 5° ao 8° lugares na fase classificatória, 3 (sets) obrigatórios - respeitando o ordenamento abaixo:

21.1.4. Fase Semifinal

Será disputada pelas seleções classificadas do 1° ao 4° lugares na fase classificatória, 3 (três) sets vencedores - respeitando o ordenamento abaixo:

21.1.5. Fase Final (disputada em 3 (sets) vencedores)

- a) **Disputa de 3° Lugar:** Será disputada pelas seleções perdedoras da fase semifinal.
- b) **Disputa de 1° Lugar:** Será disputada pelas seleções vencedoras da fase semifinal.

1° DIA		2° DIA		3° DIA	
1 x 8	1 x 7	1 x 6	1 x 5	1 x 4	1 x 3
2 x 5	2 x 6	2 x 7	2 x 8	2 x 3	2 x 4
3 x 6	3 x 5	4 x 5	3 x 7	5 x 8	5 x 7
4 x 7	4 x 8	3 x 8	4 x 6	6 x 7	6 x 8

4° DIA		5° DIA	
1 x 2	1° x 4°		7° x 8°
3 x 4	2° x 3°		6° x 5°
5 x 6	5° x 8°		3° x 4°
7 x 8	6° x 7°		1° x 2°

ARTIGO 22. A elaboração da Tabela ficará a cargo da CECB.

CAPÍTULO X PONTUAÇÃO E ÍNDICE TÉCNICO PONTUAÇÃO

ARTIGO 23. A pontuação para a classificação geral, em todas as fases, será a seguinte:

- VITÓRIA (3X0)	- 3 PONTOS
- VITORIA(2X1)	- 2 PONTOS
- DERROTA (2X1)	- 1 PONTO
- DERROTA (0X3)	- 0 PONTO
- NÃO COMPARECIMENTO	- 0 PONTO

§1º- Todas as fases se iniciam de 0 (zero) pontos ganhos.

CRITÉRIOS PARA ÍNDICE TÉCNICO

ARTIGO 24. O critério de desempate, entre duas ou mais equipes, obedecerá aos seguintes critérios pela ordem:

- 1- Número de Vitórias;
- 2- Sets average;
- 3- Pontos average;
- 4- Confronto direto (caso haja empate entre duas equipes).
- 5- Sorteio (cujas normas de realização serão definidas pelo Diretor de competição).

CAPÍTULO XI JOGOS

ARTIGO 25. A bola oficial para ser utilizada em todos os jogos é a da marca Mikasa MVA 200.

25.1. A altura da rede será de:

Masculino:	2,40m
Feminino:	2,20m

ARTIGO 26. A equipe que não se apresentar, sem razão justificável, a critério do delegado do campeonato, na quadra de jogo no horário, é declarada ausente e perde a partida pelo resultado de 0x3 (0x25;0x25;0x25).

29.1. Considera-se o não comparecimento quando a equipe não tiver o número legal de atletas em quadra, conforme previsto na Regra Oficial de Voleibol.

29.2 A equipe ausente não terá nenhum ponto deste jogo computado para classificação.

29.3 Caso o não comparecimento seja das duas equipes, ambas serão consideradas ausentes e não terão pontos computados para a classificação.

- ARTIGO 27.** Os jogadores que não estiverem jogando devem permanecer sentados no banco ou em sua área de aquecimento.
- ARTIGO 28.** Durante o protocolo oficial, a partir do momento do sorteio e durante o jogo, poderão permanecer na área de jogo até 2 (dois) componentes da comissão técnica.
- ARTIGO 29.** Poderão ocupar o banco de reservas, devidamente uniformizados, atletas e membros da Comissão Técnica, a saber:
- 29.1. Até 6 (seis) atletas reservas, incluído o atleta líbero.
- 29.2. Até 2 (dois) membros da Comissão Técnica.
- 29.3. Na impossibilidade de o técnico cumprir seu ofício em quadra, somente o assistente técnico ou o auxiliar técnico poderá assumir suas funções, desde que esteja habilitado com o **Nível II, III e V**. Na ausência do técnico, do assistente técnico ou do auxiliar técnico em qualquer momento ou período do jogo, o capitão da equipe na quadra de jogo e com autorização do 1º árbitro, poderá assumir as funções do técnico.
- ARTIGO 30.** Quando circunstâncias imprevistas interromperem o jogo, o Diretor de competição decidirá acerca das medidas necessárias a fim de garantir que sejam restabelecidas as condições normais para o seu prosseguimento ou a designação de um novo local, horário e data.
- 30.1 A partida será reiniciada com os mesmos oficiais, observada a pontuação do set no momento em que foi interrompida, mantendo as equipes os mesmos jogadores e suas posições. Os sets que já tiverem sido completados serão mantidos.
- a) O procedimento acima será utilizado tanto nas partidas reiniciadas no mesmo dia, quanto naquelas transferidas para outro dia.
- 30.2 Medidas extraordinárias poderão ser tomadas, a pedido do 1º árbitro ou a critério do representante da CBV, visando a segurança para a realização do jogo.
- 30.3 Caso o jogo seja suspenso ou transferido, a partida deverá ser realizada o mais rapidamente possível no dia e horário determinado pelo Diretor de competição em conjunto com o Coordenador da COBRAV, antes da realização da rodada subsequente.
- ARTIGO 31.** O primeiro árbitro é a autoridade competente para solicitar ao Diretor de competição a interrupção ou a suspensão do jogo.
- ARTIGO 32.** O atleta e/ou membro da comissão técnica expulso não poderá participar ou interferir pelo resto do set. Deverá permanecer sentado na Área de Penalidade, sem outras conseqüências.
- §1º-** Quando não houver no ginásio Área de Penalidade, a punição deverá ser cumprida no local determinado pelo Diretor de competição.

CAPÍTULO XII ARBITRAGEM

- ARTIGO 33.** A equipe de arbitragem na fase classificatória será composta pelos seguintes oficiais do QNAA: 1º árbitro, 2º árbitro, apontador. Na semifinal e final serão utilizados - 1º árbitro, 2º árbitro, 2 (dois) juízes de linha, apontador.
- ARTIGO 34.** Os árbitros, devem atuar, obrigatoriamente, uniformizados e com o escudo oficial da CBV.
- ARTIGO 35.** A CBV custeará as despesas de transporte dos árbitros do seu domicílio até o local da competição. Para aqueles, cujo transporte será via terrestre, ou seja, de ônibus, o valor correspondente será ressarcido pela CBV.
- 35.1 O reembolso será, via depósito bancário, diretamente na conta corrente do próprio, após recebimento do bilhete rodoviário original. O reembolso será aprovado somente quando o bilhete original chegar, sem rasuras à CBV/COBRAV até 1 (um) mês após o término do campeonato. Encerrado este prazo o bilhete será considerado inválido para fins de reembolso.
- 35.2 No campeonato o reembolso de quaisquer despesas à equipe de arbitragem não é de responsabilidade do Diretor de Competição e nem do sediante.
- ARTIGO 36.** O pagamento da taxa de arbitragem será coberta pela CBV, através de depósito bancário, feito diretamente na conta particular de cada participante, **após apresentação do RPA, deduzidos os impostos legais, devidamente preenchido e assinado.**
- ARTIGO 37.** A equipe de arbitragem deverá se apresentar ao delegado do campeonato 1 (uma) hora antes do início da partida.
- Os apontadores deverão, até 40 (quarenta) minutos antes do horário constante da tabela divulgada pela CBV, adotar todas as providências quanto as relações nominais de equipes e escala de árbitros para o preenchimento da súmula.
- 37.1 Os 1º e 2º árbitros e os juízes de linha deverão estar na área de jogo até 30 minutos antes do início da partida, a fim de adotar as providências necessárias.
- ARTIGO 38.** São responsabilidades do 1º e 2º árbitros:
- 38.1 Conferir e observar a correta instalação de todos os equipamentos e acessórios de jogo, apontando eventuais irregularidades, solicitando providências ao Diretor de Competição.
- 38.2 Observar a correta utilização do uniforme dos atletas, líbero e dos membros da comissão técnica e suas especificações.
- 38.3 Não permitir que outros membros da comissão técnica ou atletas, sentem no lugar destinado ao Técnico. A primeira cadeira do banco de reserva, próximo a mesa de controle, deverá ser de uso exclusivo do técnico da equipe.
- 38.4 Verificar se as marcações da quadra de jogo, as zonas de aquecimento, as áreas de penalidade e as linhas limites para atuação dos técnicos, estão corretamente demarcadas, caso contrário, providenciar as devidas correções, junto ao Diretor de Competição.
- 38.5 No primeiro jogo de cada equipe no campeonato conferir documentos dos atletas e numeração dos atletas, inclusive do líbero e comissão técnica, conforme relação definitiva apresentada no congresso técnico.

38.6 Os líberos não poderão ser substituídos durante a competição.

CAPÍTULO XI JUSTIÇA DESPORTIVA

ARTIGO 39. As infrações e ocorrências cometidas no transcorrer da competição serão processadas e julgadas - na forma estabelecida pelo CBJD, com base nas súmulas dos jogos, nos relatórios dos Representantes da CBV e dos árbitros.

39.1 Serão aplicadas medidas automáticas administrativas às equipes, atletas, membros das comissões técnicas, dirigentes, diretores, chefe de delegações, árbitros, juizes de linha, apontadores, etc.

39.2 Os julgamentos serão baseados nos relatórios dos representantes da CBV, equipe de arbitragem, diretoria da CBV, súmulas, prova fotográfica, fonográfica, cinematográfica (videoteipe), e televisiva e/ou qualquer documento legal reconhecido.

ARTIGO 40. As equipes participantes **RECONHECEM A JUSTIÇA DESPORTIVA COMO ÚNICA E DEFINITIVA INSTÂNCIA** para resolver as questões que surjam entre elas e a Confederação Brasileira de Voleibol, **DESISTINDO OU RENUNCIANDO EXPRESSAMENTE DE RECORRER À JUSTIÇA COMUM PARA ESSES FINS.**

CAPÍTULO XII DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 41. As equipes e as pessoas físicas e jurídicas participantes concordam e se submetem, sem reserva alguma, a todas as disposições deste Regulamento e as conseqüências que delas possam emanar.

ARTIGO 42. Caberá exclusivamente à CBV e a Comissão Executiva dos Campeonatos Brasileiros, resolverem os casos omissos e interpretar, sempre que necessário, o disposto neste regulamento e seus anexos.

ARTIGO 43. O presente Regulamento entra em vigor após publicação em Nota Oficial.

COMISSÃO EXECUTIVA DOS CAMPEONATOS BRASILEIROS

Carlos Luiz Barroso

Neuri Barbieri

Carlos Antonio Rios

José Eduardo Amâncio da Mota

Dante Klaser

Edivaldo Pereira da Silva

Igor Fernandes Ribeiro Dantas

Walgren Tadeu Faraco Picanço

Ricardo Abalém Junior

Hércules Henrique Pimenta

Gualter Prudente Rezende

ANEXO I

REUNIÃO PRELIMINAR / CONGRESSO TÉCNICO

1. Na Reunião preliminar que antecede o Congresso Técnico, deverão ser apresentados os documentos abaixo relacionados, das Comissões Técnicas e dos Atletas.
 - 1.1. Carteira de Registro da CBV, ou Cédula de Identidade expedida por Departamento Especializado do Governo, Estadual ou Federal, podendo ser cópia autenticada.
 - 1.2. Relação Definitiva de até 12 (doze) atletas e até 2 (dois) membros da comissão técnica, dentre aqueles já constantes na relação inicial (inserida no sistema online da CBV), contendo os seguintes dados:
 - a) Número da camisa dos atletas em ordem crescente
 - b) Nome completo do atleta
 - c) Data de Nascimento
 - d) Altura
 - e) Número do registro da CBV
 - f) Número da Carteira de Identidade
 - g) Identificação do capitão ou capitã e até 2 (dois) líberos da equipe.

Obs.: É facultativa a utilização dos líberos, porém, se os mesmos não forem identificados na relação definitiva até a realização do congresso técnico, a equipe jogará sem líberos em todos os jogos. Se identificados, os mesmos não poderão ser trocados após o congresso técnico.
 - 1.3. O exame médico e a respectiva autorização para a prática do voleibol dos atletas participantes dos Campeonatos, são de apresentação **obrigatório**, respondendo cada Federação por eventuais problemas que possam envolver atletas sob sua responsabilidade.
2. O Congresso Técnico será dirigido pelo Diretor de Competição, deve ser solene e contar com a presença do:
 - a) Membro da COBRAV
 - b) Delegado
 - c) Árbitros
 - d) Chefe de Delegação e Técnicos
 - e) Comitê Organizador da Sede
 - f) Secretária

ANEXO II

UNIFORMES

1. Os uniformes das equipes participantes deverão obedecer ao disposto nas Regras Oficiais de Voleibol da FIVB e nas condições estabelecidas neste Regulamento.
 - 1.1 O uniforme dos atletas consiste em camisa, calção, short, sunquine, tênis e meias.
 - 1.2 A cor e o feitio dos calções, shorts, sunquines, meias e camisas devem ser padronizados – exceto as peças do uniforme dos Líberos – e estar rigorosamente limpos.
 - 1.3 É proibido o uso de uniformes de cor diferente dos demais jogadores – exceto os Líberos – e/ou sem a numeração oficial.
 - 1.4 Os membros da comissão técnica devem se apresentar, com uniformes inteiramente padronizados nos agasalhos,
2. Os uniformes dos jogadores devem estar numerados de 01 (um) a 20 (vinte) sendo facultativa a inserção do nome.
 - 2.1. O número deve ser colocado, no centro das camisas, tanto na frente quanto nas costas. A cor e o brilho dos números devem contrastar com a cor e o brilho das camisas.
 - 2.2. Os números devem medir, no mínimo, 15 (quinze) cm de altura na frente e 20 (vinte) cm de altura nas costas. A fita que forma os números deve ter, no mínimo, 2 (dois) cm de largura.
 - 2.3. Os números poderão ser repetidos na perna direita do calção. O número terá de 4 (quatro) a 6 (seis) cm de altura e a fita, que forma o número, deve ser de, no mínimo, 1 cm de largura.
3. O capitão da equipe deve ser identificado por uma tarja em sua camisa, de 8 cm x 2 cm, colocada abaixo do número. A tarja deverá ser fixa e do mesmo material dos números e em cor contrastante a cor da camisa. **NÃO SERÁ PERMITIDA A ATUAÇÃO COM TARJA DE ESPARADRAPO SEM ESTAR COSTURADO.**
4. Os Líberos deverão usar camisa de cor diferente ou jaleco para seu substituto, contrastante com os outros jogadores da equipe.
 - 4.1. O uniforme dos Líberos pode ter um feitio diferente, preservando-se a numeração como o restante da equipe.
5. Os uniformes de atletas e comissões técnicas poderão ter aplicação de um ou mais patrocinadores e co-patrocinadores.
 - 5.1. Não é permitida publicidade de produtos que sejam prejudiciais a saúde e nem de caráter discriminatório ou político.
 - 5.2. O patrocinador poderá utilizar outros espaços para divulgação de seus produtos.
6. O 1º árbitro poderá desde que considere válido, procedente e devidamente autorizado pelo delegado, permitir ao atleta:
 - 6.1 Jogar descalço;

-
- 6.2 Trocar o uniforme molhado, entre os sets ou após uma substituição, desde que não seja dentro da área de jogo, na condição de que os novos uniformes tenham a mesma cor, feitio e numeração.
 - 6.3 Jogar com agasalhos, em climas frios, desde que sejam da mesma cor e feitio para toda a equipe – exceto os Líberos – e numerados.
 - 6.4 Jogar com camisa de manga curta ou longa na mesma equipe e no mesmo jogo.
7. É proibido o uso de objetos que possam causar lesões ou proporcionar alguma vantagem ao jogador, facultando-se o uso de óculos ou lentes, por conta e risco do atleta que estiver usando, desde que as peças não exibam qualquer marca, teaser ou slogan de outro patrocinador que não o oficial da associação em que joga.

ANEXO III PROTOCOLO DOS JOGOS (com hino nacional)

ANTES DO INÍCIO DO JOGO

1. 13 MINUTOS: INSPEÇÃO.

Os árbitros inspecionam a altura e tensão da rede, e a posição correta das antenas e faixas laterais.

2. 12 MINUTOS: SORTEIO E CUMPRIMENTOS.

Os capitães das equipes apresentam-se à mesa do apontador para efetuar o sorteio.

2.1 1º e 2º árbitros cumprimentam os capitães. Os capitães assinam a súmula e representam suas equipes no sorteio.

3. 11 MINUTOS: APRESENTAÇÃO DO JOGO DOS JOGADORES E DOS MEMBROS DA COMISSÃO TÉCNICA DE CADA EQUIPE

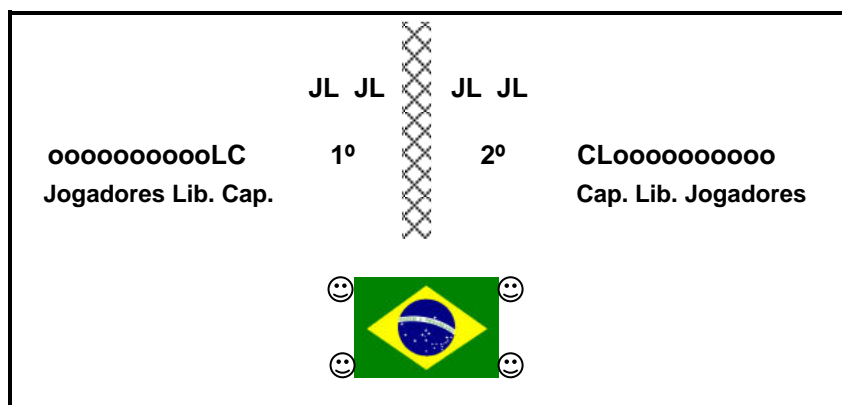
O primeiro árbitro sinaliza o início do protocolo. O 1º e 2º árbitros encaminham-se até ao meio da quadra, juntamente com os juizes de linha. O locutor anuncia a denominação oficial da competição, o número do jogo, o nome das equipes e a entrada de cada atleta e dos membros da comissão técnica de cada equipe, os atletas se perfilam junto ao 1º e 2º árbitros.

3.1 O 1º árbitro deve se posicionar no meio da quadra de frente e à esquerda da mesa de controle, ficando o 2º árbitro à direita e os juizes de linha logo atrás. As equipes participantes deverão ficar perfiladas ao lado dos árbitros, posicionando de frente para a mesa de controle.

3.1.1 Todos os atletas devem estar sentados nos seus respectivos bancos de reservas aguardando a apresentação do locutor.

3.1.2 A ordem do posicionamento dos atletas no momento da apresentação, deverá ser ao lado do 1º e do 2º árbitro sendo o capitão, líbero e os demais jogadores em ordem numérica crescente, conforme layout abaixo.

3.2 4 (quatro) boleiros ou enxugadores entram à quadra carregando a bandeira do Brasil aberta e inclinada para o público e a mesa de controle, **posicionando todos de pé, a frente do poste da rede, no meio das duas quadras.**



3.3 O locutor anuncia a execução do Hino Nacional Brasileiro (“versão cantada de 1’15” sem a introdução musical) e convida a todos os presentes para ficarem de pé e procede a execução

do mesmo. **O Hino Nacional Brasileiro somente será executado nos jogos das finais.**

3.4 Após a execução do Hino Nacional, o 1º árbitro apita autorizando a confraternização entre as equipes. Os jogadores deixam a quadra dirigindo-se ao banco de reservas.

4. 8 MINUTOS E 30 SEGUNDOS: AQUECIMENTO

As equipes dispõem de 06 (seis) minutos para aquecimento de rede em conjunto ou de 3 (três) minutos para aquecimento em separado.

4.1 Durante o aquecimento oficial, os árbitros inspecionam os uniformes dos atletas, tarjas de capitão, as bolas que serão utilizadas no jogo, as placas numeradas para as substituições e todo o equipamento necessário para o jogo.

5. 05 MINUTOS: ORDEM DE SAQUE.

Os técnicos entregam as ordens de saque do 1º set ao segundo árbitro (duas vias para os jogos sem TV e três vias para jogos com TV).

6. 2 MINUTOS E 30 SEGUNDOS: FINAL DO AQUECIMENTO OFICIAL.

O 1º árbitro apita indicando o fim do aquecimento. 1º e 2º árbitros cumprimentam o Representante da CBV e pedem autorização para iniciar o jogo.

6.1 Os atletas devem deixar a quadra de jogo imediatamente e se dirigir ao banco de reservas, verificando se as camisas estão para dentro dos calções e se os cordões dos tênis estão corretamente amarrados.

7. 1 MINUTO E 30 SEGUNDOS: APRESENTAÇÃO DA ARBITRAGEM.

7.1 Os árbitros dirigem-se ao centro da quadra de frente à mesa de controle e o locutor anuncia o nome do primeiro árbitro e seu respectivo Estado de origem. Em seguida, apresenta o segundo árbitro e seu respectivo Estado de origem. Os árbitros, quando apresentados, devem dar um passo à frente, cumprimentando o público. Em seguida dirigem-se as suas respectivas posições.

7.2 Quando o 2º árbitro chega à mesa de controle autoriza a entrada das equipes em quadra.

8. 30 SEGUNDOS: CHECAGEM FINAL.

O 2º árbitro envia 2 (duas) bolas para os boleiros, confere as ordens de saque, envia a bola para o sacador e sinaliza para o 1º árbitro que as equipes estão prontas para o início do jogo.

9. 00 SEGUNDO: INÍCIO DO JOGO

O 1º árbitro apita e sinaliza autorizando o primeiro saque do jogo.

APÓS O FINAL DO JOGO**10. ÁRBITROS E EQUIPES - CUMPRIMENTOS:**

10.1. Os 12 (doze) jogadores de cada equipe dirigem-se para a linha de fundo de sua respectiva quadra. Ao sinal do primeiro árbitro, dirigem-se à rede para cumprimentar os árbitros e os adversários. Em seguida, deixam a quadra de jogo indo para o seu respectivo banco de reservas.

10.2. Os árbitros dirigem-se à mesa do apontador para encerrarem a súmula e conferir o controle de líberos.

11. CAPITÃES DAS EQUIPES:

Devem se dirigir à mesa para assinar a súmula e ratificar o resultado.

12. ÁRBITROS:

Devem encerrar a súmula e distribuir as cópias para cada equipe.

(JOGOS SEM O HINO NACIONAL, BASTA DIMINUIR EM 01h15min MINUTOS A DURAÇÃO DO PROTOCOLO OFICIAL)

ANEXO IV RESPONSABILIDADES

FEDERAÇÕES PARTICIPANTES

1. Além das obrigações constantes deste Regulamento, às Federações participantes terão os seguintes deveres:
 - 1.1. **Até 15 (quinze) dias antes do início do campeonato, data do Congresso Técnico, a Federação participante deverá enviar a relação para emissão de passagem e hospedagem para o e-mail: competicoesquadra@volei.org.br, conforme segue:**
 - 1.1.1 - Relação **com até 15 (quinze) pessoas** sendo, obrigatoriamente, para até 2 (dois) Membros da Comissão Técnica, até 12 (doze) atletas e 1 (um) árbitro. A passagem e hospedagem somente serão disponibilizadas para os atletas e os membros da comissão que estiverem com condição de jogo para atuarem no campeonato.
 - 1.2. **Até 15 (quinze) dias antes do Congresso Técnico, a Federação participante que não enviar a sua Relação para emissão das passagens, será excluída da tabela de jogos e do campeonato.**
2. Os participantes são obrigados **a comparecer ao Congresso Técnico** e a todos os jogos, nos locais, nas datas e nos horários marcados na tabela, zelar e se responsabilizar pelo comportamento de suas delegações antes, durante e depois dos jogos, desde a chegada até o retorno.
3. As Federações são responsáveis, diretamente, pelos encargos decorrentes dos meios de transporte de ida e volta de sua cidade até a capital da cidade sede da competição caso não cumpram com os prazos de entrega da relação nominal definitiva.
4. Manter disciplina impecável nos locais de hospedagem, refeições, meios de transporte e nos ginásios.
5. Responsabilizar-se pela conservação de mobiliário do vestiário e demais instalações colocadas a sua disposição.

ANEXO V

DELEGADOS

PROVIDÊNCIAS ANTES DE CADA CAMPEONATO

1. Chegar à sede da etapa sempre 24 horas antes do início da competição.
2. Providenciar Handbook do campeonato juntamente com a CBV e o Diretor de competição contendo:
 - 2.1. Mensagem do Presidente da CBV;
 - 2.2. Características geográficas, climáticas e turísticas da cidade;
 - 2.3. Facilidades como, hospitais, clínicas médicas e fisioterápicas, lavanderias, farmácias, etc.
3. Promover, em conjunto com o Diretor de Competição a reunião preliminar, com cada delegação, antes do congresso técnico, para conferência da documentação dos atletas e comissão técnica inclusive dos uniformes da equipe.
4. Preparar e promover o Congresso Técnico em conjunto com o Diretor de Competição e Coordenador de Arbitragem que deverá contar com a presença obrigatória dos chefes de delegação, técnicos das equipes participantes e árbitros que atuarão na competição. O congresso deverá ser solene com as seguintes atividades:
 - 4.1. Abertura do congresso e palavras de boas vindas pelo Diretor de Competição,
 - 4.2. Dar conhecimento oficialmente da tabela da competição,
 - 4.3. Orientações e informações da sede pelo coordenador local inclusive apresentação da sua equipe de trabalho e funções,
 - 4.4. Apresentação dos representantes da COBRAV e árbitros,
 - 4.5. Orientações da arbitragem para os participantes,
 - 4.6. Tratar de interesses gerais ou de matéria justificada.

PROVIDÊNCIAS ANTES DE CADA RODADA

5. Elaborar, confeccionar, solicitar aprovação do Diretor de competição e publicar o Boletim nº 1 incluindo necessariamente:
 - 5.1. Capa
 - 5.2. Tabela dos jogos;
 - 5.3. Mapa de transporte e de alimentação;
 - 5.4. Relações nominais definitivas;
 - 5.5. Observações gerais;
 - 5.6. Aprovação e assinatura do Diretor de Competição.
6. Chegar ao ginásio **ATÉ 01h** antes do início da rodada, com o objetivo de atender às necessidades dos setores técnico e administrativo.

7. Providenciar o controle de acesso de pessoas não autorizadas e garantias para que não haja invasão do público antes, durante e após a competição na área de jogo.
8. Determinar fiscalização rigorosa para cumprimento da proibição de venda de bebidas alcoólicas de qualquer natureza e da venda de produtos em latas, garrafas ou recipientes de vidro.
9. Não permitir sob nenhum pretexto a presença de pessoas que não atuarão na partida dentro da quadra após o sorteio previsto no protocolo de jogo
10. Supervisionar a execução do protocolo oficial de jogo com a apresentação dos árbitros, das equipes e a execução do hino nacional brasileiro.

PROVIDÊNCIAS DURANTE OS JOGOS

11. Inspeccionar o trabalho dos boleiros, enxugadores, locutor oficial e operador de placar;
12. Providenciar junto à autoridade policial a retirada do local de jogo de pessoas comportando-se de maneira inconveniente para a realização da competição;

PROVIDÊNCIAS APÓS AS RODADAS

13. Permitir o acesso à área de jogo de jornalistas, dirigentes, supervisores e/ou chefe da delegação, presidentes de federações, autoridades, fornecedores, patrocinadores, desde que devidamente credenciados;
14. Registrar corretamente todas as informações, ocorrências, avaliações e análises requeridas e necessárias para o preenchimento do formulário "Relatório do CBS" ao final da competição.
15. Publicar resultados, classificação, comunicados e/ou circulares quando de matéria do interesse de todos os participantes, sempre com a aprovação do Diretor de competição.

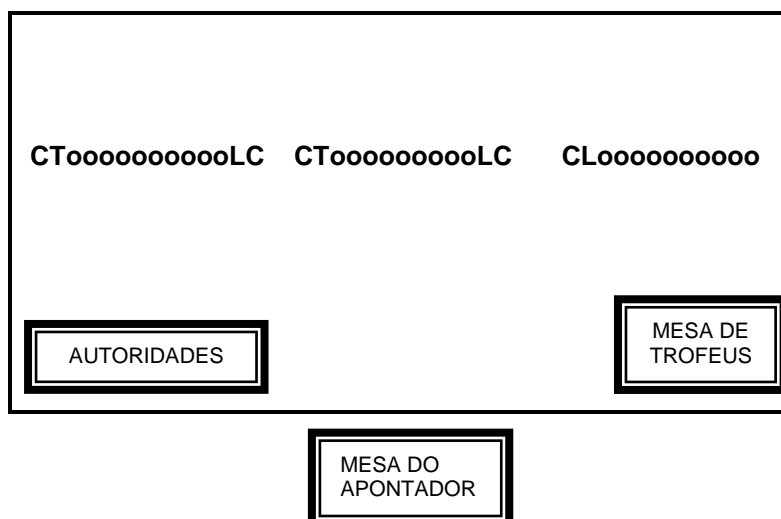
PROVIDÊNCIAS AO TÉRMINO DO CAMPEONATO

16. Preencher o relatório do campeonato no sistema *on line* da CBV em até 5 (cinco) dias após o término da competição anexando:
 - 16.1. Primeira via da súmula dos jogos;
 - 16.2. Relatórios das equipes e dos árbitros quando houver;
 - 16.3. Caso haja alguma ocorrência que demande decisão urgente, o relatório do delegado deverá ser enviado à CBV, via fax ou e-mail, após o término do jogo.
17. Enviar para CBV até 5 (cinco) dias após o término da competição, os seguintes originais:
 - 17.1. Handbook do campeonato,
 - 17.2. Boletim N°1;
 - 17.3. Súmulas originais;
 - 17.4. Recibo para pagamento da equipe de arbitragem e representantes (COBRAV e CBV)

18. Imediatamente após a última partida do campeonato, procederá ao cerimonial de encerramento, com a presença das equipes classificadas nos 3 (três) primeiros lugares com os atletas devidamente uniformizados. Diretor de Competição designa as autoridades que participarão da entrega de premiação. As equipes e comissões técnicas na quadra obedecendo a seguinte ordem:

1. Segunda colocada;
2. Primeira colocada;
3. Terceira colocada;

As mesmas deverão se posicionar de frente para a mesa do apontador em linha no centro da quadra.



A seguir entrega de premiação na seguinte ordem: terceira, segunda e primeira colocadas (medalhas e troféus).

Encerramento do campeonato e da cerimônia de premiação.

Toda a locução será feita pelo locutor oficial da competição.

ANEXO VI**TAXAS****1 - DIÁRIAS PARA****1.1. – EQUIPE DE ARBITRAGEM**

CATEGORIA	VALOR
Árbitro Nacional	232,00
Árbitro Aspirante a Nacional	185,00
Árbitro Regional	148,00
Apontador Nacional	169,00
Apontador Aspirante a Nacional	119,00
Apontador Regional	112,00

1.2.– REPRESENTANTES – TAXA DE DIÁRIA

Delegado	361,00
Coordenador da COBRAV	318,00
Diretor de Competição	499,00

1.3. O pagamento das taxas será via depósito na conta do próprio. O valor da taxa acima é o valor bruto, devendo ser deduzido os impostos conforme legislação vigente. Caso o árbitro e/ou os representantes já recolham o INSS sobre o teto máximo, deverão apresentar declaração em formulário próprio do INSS para que não seja caracterizada bitributação. Esta declaração deverá ser anexada ao documento de RPA.

1.4. O pagamento das diárias do Representante da CBV, do Coordenador da COBRAV e dos árbitros residentes fora da sede da competição, deverá incluir o dia de chegada e de partida.

1.4.1. - O pagamento da diária correspondente ao dia da partida, somente será efetuado se o retorno do Diretor de Competição, do Coordenador da COBRAV, do delegado e do árbitro for ao dia seguinte ao término da competição.

1.5. Cada árbitro, apontador e controlador de líbero deverão atuar em até 3 (três) jogos por dia.

1.6. Todos os árbitros e apontadores deverão participar do Congresso Técnico.

1.7. Após o Congresso Técnico, o Coordenador de Arbitragem realizará uma reunião com os árbitros, os apontadores, apontadores assistentes e os juízes de linha.

ANEXO VII

COORDENADOR DE ARBITRAGEM (COBRAV)

1. COORDENADOR DE ARBITRAGEM

O Coordenador de arbitragem é responsável por todas as atividades que envolvem o CBS, relacionadas à arbitragem, antes, durante e após a competição e têm as seguintes atribuições:

- a. Coordenar todas as atividades administrativas, técnicas e logísticas, relacionadas com a arbitragem;
- b. Conhecer o regulamento da competição com ênfase a todas as atribuições e interface com a arbitragem e demais segmentos da organização da competição;
- c. Realizar todas as ações antes, durante e pós-competição, relativas a arbitragem;
- d. Definir escala de árbitros, juízes de linha, apontador e apontador assistente de acordo com a tabela, observando dentro das possibilidades a questão da neutralidade, em consonância com o coordenador local e seguindo critérios técnicos;
- e. Realizar Reunião Técnica antes do início da competição, visando à padronização de ações durante o campeonato, relativo a arbitragem;
- f. Preencher o relatório de arbitragem e enviar ao término do campeonato para a COBRAV;
- g. Informar para a COBRAV e para o Delegado Técnico do campeonato o arquivo contendo o Controle de Cartões da competição.

2. AÇÕES A SEREM REALIZADAS ANTES DO CAMPEONATO

O Coordenador de arbitragem terá as seguintes atribuições antes da realização da competição:

- a. Checar se foi publicada em Nota Oficial a relação dos árbitros que atuarão no campeonato;
- b. Checar se todos os árbitros estão informados de suas participações no evento;
- c. Verificar se o número de árbitros confirmados está compatível com o que a competição exige;
- d. Certificar junto ao coordenador assistente local, os apontadores e apontadores assistentes, indicados pela federação, suficientes para atender os jogos programados, preenchendo as vagas estipuladas pela COBRAV.
- e. Entrar em contato com a COBRAV ou a Coordenação Local solicitando:
 - As datas de chegada e saída dos árbitros de outros estados na sede do evento, além de seus horários ou previsões de chegada;
 - Local e lista de hospedagem com previsão de ocupação nos quartos;
 - Locais de alimentação e como será o serviço para o mesmo;
 - Checar junto à coordenação local a sala que será utilizada para a realização das Reuniões Técnicas dos Árbitros;
 - Checar junto a COBRAV o envio das súmulas de jogo, controle de líbero e formulário de ordem de saque para a sede do campeonato;
 - Entrar em contato com a COBRAV para que tenha informação sobre o transporte Aeroporto – Hotel – Aeroporto;

- Ter em mãos todos os formulários e planilhas padrões para o controle e avaliação da arbitragem. Acho que devemos insistir em utilizar o recurso “on line”. (descrever os formulários padrões);
- Verificar com a COBRAV os uniformes dos coordenadores.

3. AÇÕES A SEREM REALIZADAS DURANTE O CAMPEONATO

- 3.1.** Realizar conferencia da quadra e equipamentos de jogo no dia anterior ao inicio dos jogos e 1 hora antes do inicio de cada rodada;
- 3.2.** Realizar Reunião Técnica de Arbitragem, após o congresso técnico;
- 3.3.** Controlar o horário de apresentação dos oficiais de arbitragem conforme regulamento durante o campeonato;
- 3.4.** Orientar e controlar o trabalho dos boleiros e enxugadores em consonância com o coordenador de boleiros;
- 3.5.** Aplicar um Teste para os Árbitros escalados contendo:
 - a. 4 ou 5 questões sobre Regras ou Procedimentos;
 - b. 2 questões no idioma Inglês para que a COBRAV acompanhe o desenvolvimento do árbitro em sua carreira. Essas questões não possuem obrigatoriedade de respostas, porém, é um indicativo do conhecimento do idioma.
- 3.6.** Marcar os horários do transporte, quando houver necessidade, para os oficiais de arbitragem do evento;
- 3.7.** Confirmar com o hotel o horário para refeições dos oficiais, caso necessário;
- 3.8.** Entregar o formulário para o reembolso de transporte quando for o caso e informar que os oficiais deverão enviar para a COBRAV os comprovantes originais e dados bancários para que seja realizado o procedimento;
- 3.9.** Participar do Congresso Técnico para se apresentar e repassar aos participantes os procedimentos padrões, interpretações da Regra e Protocolos;
- 3.10.** Reunir a equipe de arbitragem após cada rodada para avaliação e orientação dos mesmos, na impossibilidade por falta de agenda, criar uma alternativa viável;
- 3.11.** Designar um oficial para realizar a conferência das bolas de jogo 45min antes da hora do início das partidas;
- 3.12.** Passar ao Delegado Técnico os resultados com as parciais e duração dos jogos inclusive quadro de controle de cartões devidamente conferidos de acordo com a súmula de jogo, pois, desta informação podem decorrer medidas administrativas. É importante frisar que essas informações devem estar corretas e serão de responsabilidade do Coordenador de Arbitragem todos os dados coletados;
- 3.13.** Avaliar os árbitros em formulário próprio;
- 3.14.** Assessorar a Direção Técnica quando solicitado;
- 3.15.** Ter em mãos o Regulamento da competição e a Regra Oficial;
- 3.16.** Supervisionar a atuação dos árbitros,

4. AÇÕES A SEREM REALIZADAS APÓS O CAMPEONATO

- 4.1.** Preencher o relatório de arbitragem em formulário da COBRAV;
- 4.2.** Enviar para a COBRAV relatório, avaliações dos árbitros e considerações referentes ao campeonato.

O Coordenador de arbitragem é o representante da COBRAV no Campeonato e sua atuação deve ser emanada de bom senso, equilíbrio e profundo conhecimento dos procedimentos técnico, organizacionais, regras, padronizações, trabalho em equipe e postura, atributos fundamentais para uma boa coordenação.

Os problemas tanto técnicos, quanto logísticos, devem ser antecipados, para que as improvisações não sejam uma regra.

ANEXO VIII

MEDIDAS ADMINISTRATIVAS AUTOMÁTICAS

1. Perde a condição de jogo para a partida oficial subsequente da Competição, o atleta e/ou membro de comissão técnica advertido por infração de natureza disciplinar a cada série de 03 (três) cartões amarelos, seqüenciais ou não.
 - 1.1. O cartão amarelo aplicado pelo árbitro não será considerado, se o atleta vier a ser expulso ou desqualificado na mesma partida.
2. O atleta e/ou membro de comissão técnica desqualificado do jogo fica automaticamente impedido de participar da partida oficial subsequente.
 - 2.1. Quando a mesma não puder ser cumprida na competição vigente, será executada no Campeonato Brasileiro de Seleções ou no próximo campeonato oficial do Calendário Nacional que o atleta e/ou membro de Comissão Técnica, vier a participar.
3. A Federação que cancelar sua participação oficial com prazo inferior a 30 (trinta) dias da data do Congresso Técnico.

Sanção: Multa no valor de R\$ 3.000,00 (tres mil reais). O valor da receita desta Multa será destinado à sede que realizará a competição.

4. A federação que não comparecer no campeonato sem cancelamento oficial até o Congresso Técnico.

Sanção: Multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). O valor da receita desta multa será destinado à sede que realizará a competição.

5. A Federação que não inserir no sistema da CBV a Relação Nominal Inicial da Equipe com prazo inferior a 30 (trinta) dias antes do início da competição.

Sanção: Multa no valor de R\$ 500,00 (quinhentos) reais. O valor da receita desta Multa será destinado à sede que realizará a competição.

ÁRBITROS, JUÍZES DE LINHA, APONTADORES E APONTADORES ASSISTENTES)
--

ATO ÚNICO: As infrações referentes aos árbitros, juizes de linha, apontadores e apontadores assistentes, serão processadas e julgadas pelo STJD.
